

LIBERTARIANISMO – APRESENTAÇÃO

Em seu mínimo denominador comum, libertários são aqueles que apoiam a expansão das liberdades individuais tanto econômicas quanto sociais, ou seja, uma justaposição entre liberalismo econômico e social.

Libertarianismo é uma filosofia política baseada na auto propriedade, ou seja, no direito de cada indivíduo ao seu próprio corpo e à sua própria vida e, conseqüentemente, aos frutos de seu trabalho. Para os libertários, a liberdade individual (auto propriedade) não significa o 'direito' ao trabalho, educação, saúde, habitação ou algum outro bem, uma vez que tais 'direitos' implicam o dever dos outros de proporcionarem esses benefícios. Se uma pessoa é forçada a se sacrificar pelos outros, isso não é liberdade, mas escravidão. Liberdade significa que todo mundo tem o direito de fazer o que quiser com suas vidas e propriedades, desde que não interfiram com as vidas e os bens dos outros. Em suma, os libertários são contra a iniciação de força física.

O objetivo principal do sistema de justiça libertária é a de proteger o indivíduo contra todas as formas de uso da força. Os libertários são a favor de todas as liberdades que seguem o princípio do autogoverno. Por exemplo, defendemos a liberdade de religião, liberdade de eutanásia, legalização das drogas, a liberdade de expressão. Somos também pelo direito de as pessoas se associarem, cooperarem e comercializarem livremente, ou seja, por um mercado livre. O libertarianismo é contra leis antidiscriminação. Tais leis são incompatíveis com o princípio da livre associação. O governo decreta: Se associem! Quer você goste ou não. Em contraste, o libertarianismo se baseia na liberdade de escolha; todas as relações e transações devem ser voluntárias.

Durante a história, muitos brigaram pelas suas próprias liberdades. Enquanto a Europa continental estava mergulhada na idade média, em 1215 os barões Ingleses se aproveitavam de um momento de fraqueza do rei João para força-lo a assinar a Magna Carta. A Magna Carta original garantia aos barões poderes para reformar qualquer decisão real, até mesmo pela força se necessário. Essa cláusula não durou muito, mas diversos outros dispositivos da carta que garantiam direitos não só aos barões foram incorporados ao direito inglês. Com isso, e ainda que muitos direitos se limitem aos "homens livres", a Magna Carta é sem dúvida um marco nas limitações de poderes dos monarcas. Vale destacar também um movimento iniciado na Universidade de Salamanca, pelos escolásticos espanhóis. Os escolásticos foram notáveis por denunciar a conquista particularmente a escravização dos índios pelos espanhóis no Novo Mundo. Alguns deles chegaram a defender o direito de legítima defesa dos cidadãos contra qualquer monarca que crie impostos sem o consentimento das pessoas, confisque propriedade e a desperdice ou impeça a reunião de um parlamento democrático.

O pensamento político de John Locke é geralmente reconhecido como a mais importante influência histórica sobre as versões contemporâneas do libertarianismo dos direitos naturais. A crença de Locke na proibição de fazer mal a outrem advém de sua crença mais básica de que cada indivíduo "tem propriedade sob si próprio". Em outras palavras, os indivíduos são auto-proprietários. Mas se nós temos propriedade sobre nós mesmos, Locke argumenta, nós, por essa razão, também temos propriedade sobre nossa mão-de-obra e, por "mesclar" nosso trabalho com bens externos, nós podemos acabar tendo propriedade sobre tais bens externos também. Isso permite aos indivíduos fazer uso privado do mundo que Deus concedeu a todos de forma universal. Sob as ideias de Locke, e com um governo limitado, a Inglaterra prosperou e influenciou diversos outros países na Europa, dando origem ao Iluminismo Francês, representado por Voltaire, e o Iluminismo Escocês, com David Hume e Adam Smith, considerado o pai da ciência econômica. Uma das principais contribuições de Adam Smith foi o conceito de ordem espontânea.

Com esse arcabouço teórico disponível aos cidadãos ingleses, era inevitável que as ideias de liberdade chegassem às colônias. Essas ideias foram adotadas com particular força nas 13 colônias que vieram a se tornar os Estados Unidos. Na América, agitadores como Thomas Paine publicavam panfletos radicais condenando o domínio inglês e enfatizando que a sociedade civil antecede e é independente ao governo. Com isso, em 1776 as colônias americanas promulgaram a sua declaração de independência. Escrita por Thomas Jefferson, a declaração continha as conhecidas verdades "auto-evidentes", a que todos os homens são criados iguais e dotados certos direitos inalienáveis, que entre estes são vida, liberdade e busca da felicidade. No entanto, ainda alguns homens eram mais iguais que os outros e as mulheres eram completamente excluídas. As tensões entre os estados escravocratas e abolicionistas cresciam. Libertários radicais como Henri Thoreau e Lysander Spooner argumentavam que nem mesmo a constituição americana poderia legitimar a escravidão e que todos os homens tinham direito a sua liberdade.

Os séculos XIX e XX foram marcados pela vitória do movimento feminista, garantindo o sufrágio universal, pelo movimento LGBT garantindo o fim da criminalização de relações homossexuais e Martin Luther King combatendo a segregação racial que persistia apesar da abolição da escravidão. É interessante notar que autores

ESTUDANTES PELA LIBERDADE

ACADEMIA LIVRE, SOCIEDADE LIVRE

liberais clássicos já haviam defendido as mesmas liberdades, podemos citar, como exemplos, Jeremy Bentham que defendeu a descriminalização da homossexualidade em 1785 e John Stuart Mill que defendeu a igualdade entre os sexos em 1869.

O movimento libertário moderno teve início no meio do século XX. A escola austríaca de economia recuperou seu fôlego com Ludwig von Mises, que em 1922 publicou o seu livro “Socialismo” e, em seguida, sua obra prima “Ação Humana”. Seu discípulo Friedrich Hayek, também um brilhante economista, ganhou o prêmio Nobel de Economia em 1974 e escreveu obras como “Direito, Legislação e Liberdade” e o “Caminho da Servidão”. Inspirado nas obras de Bastiat, em 1946 o jornalista Henry Hazlitt publicou o seu livro “Economia em Uma Lição”.

Em 1976 Milton Friedman, da escola de Chicago, também ganhou o prêmio Nobel e se tornou um dos mais famosos defensores da liberdade por meio de seu livro e da série de TV “Livre para Escolher”. Ao mesmo tempo, Murray Rothbard escreveu seu famoso tratado Homem, Economia e Estado, levando o ideal libertário às últimas consequências. Fora do campo da economia, Ayn Rand publicou suas novelas “A Nascente” e “Quem é John Galt?” (A Revolta de Atlas), nas quais ela traçava os princípios de sua filosofia moral – o objetivismo. Além dela em 1974, o professor de filosofia de Harvard, Robert Nozick, publicou o seu livro Anarquia, Estado e Utopia.

Nos Estados Unidos o termo “liberal” foi apropriado por uma corrente política distinta e até mesmo oposta ao que se considera “liberal” nos países da América Latina ou da Europa. De fato, a designação “liberal” na América do Norte foi associada aos defensores da democracia social promotora da intervenção governamental, em especial nos mercados, isto é, os “liberais” americanos são aqueles que atribuem ao Estado uma necessidade vital de participação na indução econômica com vistas ao progresso social. Com a redefinição semântica do termo “liberalismo” na América do Norte, os adeptos de ideias políticas advindas do liberalismo propriamente dito – o liberalismo clássico - ficaram desprovidos de uma nomenclatura política, e o termo libertarianismo acabou por ser adotado naquele país para designar aqueles que defendiam ideias verdadeiramente liberais.

Durante nossa história tivemos alguns liberais de destaque, como o abolicionista Joaquim . O próprio Tiradentes advogava por um estado menor e foi enforcado por achar abusivo os 20% de imposto que a coroa cobrava de seus cidadão. Mas, infelizmente o Brasil, em larga medida, se desenvolveu fora do ambiente liberal e quando os ideais liberais eram invocados, em geral, o eram seletivamente e não passavam de um pretexto para defender um grupo de interesse.

O movimento liberal-libertário estudantil no Brasil começou por volta de 1997, quando um grupo de estudantes - dentro os quais Pedro Sette Camara, Sérgio Coutinho de Biasie Alvaro Velloso – distribuíram um jornal chamado “O Indivíduo” na PUC-Rio. Sem apoio, infraestrutura e em um ambiente totalmente hostil, os estudantes tiveram que suspender a publicação e passaram a limitar a sua atuação ao ambiente online. Com a dificuldade de encontrar pessoas que compartilhassem das mesmas ideias, a internet e as redes sociais foram o ambiente ideal para agregar os libertários Brasileiros e muitas iniciativas surgiram daí. Em 2007 foi fundado o Instituto Ordem Livre, com o apoio da Atlas Network e do Cato, e em 2008, foi criado o Instituto Mises Brasil. A partir daí o movimento libertário brasileiro começou a tomar corpo e, da mesma forma como acontecia nos Estados Unidos, diversos outros grupos e instituições floresceram.

Em 2012, durante um seminário promovido pelo Instituto Ordem Livre, estudantes de todo o país decidiram se espelhar no exemplo do Students for Liberty do EUA e criar o Estudantes pela Liberdade, então sem nenhuma relação com a versão americana. Desde então o EPL tem tido um crescimento vertiginoso e hoje é uma das maiores organizações estudantis do país. Hoje o Estudantes Pela Liberdade é parte da rede internacional Students For Liberty, mas atua de forma independente e autônoma. Para 2015 contamos com mais de 300 coordenadores por todas as regiões do país, e estamos dispostos a levar a mensagem da filosofia da liberdade a todo o Brasil.